

Cecília Leão aponta o “processo desafiador” que é construir uma organização baseada na ética

FÓRUM ÉTICA UMINHO 2023

Evento decorrido a 15 de dezembro, foi submetido ao tema “Ética e Integridade na Universidade” e contou com diversos oradores de todo o país.



NUNO GONÇALVES

O evento anual foi promovido pelo Conselho de Ética e as suas Comissões de Ética para a Investigação.

Este é um espaço ético-reflexivo que pretende estimular uma discussão alargada que permita captar o pensamento e visão da academia, numa perspetiva de desenvolvimento e interiorização dos valores e princípios éticos conducentes a uma conduta ética de integridade.

Tendo o Conselho de Ética como compromisso de missão os princípios do respeito pela dignidade da pessoa humana, da responsabilidade pessoal e profissional, da integridade académica e dos valores de uma cultura social e ético-humanística nas várias vertentes da atividade da Universidade, para a sua presidente, Cecília Leão “esta tarefa nunca estará acabada”, uma vez que precisa de reflexão permanente, obrigando a um esforço conjunto de persistência e continuidade, envolvendo individual e coletivamente todos os membros da Universidade e todos os órgãos de governo e aconselhamento.

Segundo esta, “o sucesso de uma instituição está, intimamente ligado, à cultura sentida e vivida pelos membros da sua comunidade”, pelo que afirma que construir uma organização baseada na ética “é um processo desafiador que requer liderança e planeamentos fortes, assentes numa cumplicidade institucional de compromisso ético-humanístico,

individual e coletivo, para a construção de uma comunidade académica onde cada indivíduo encontra o seu espaço e constrói em liberdade a sua missão”.

O reitor Rui Vieira de Castro, sublinhou que a UMinho passou por um grande “processo de transformação”, traduzido em complexificação da vida institucional. “A nossa vida institucional é hoje mais complexa, mais desafiante, mais interpelante em muitas dimensões”, disse, apontando como fatores, “a crescente heterogeneidade da comunidade”, em particular de investigadores e estudantes de diversas origens sociais.

O professor Jorge Soares, da Universidade Nova de Lisboa, assinalou que o Código de Conduta Ética deve ter duas grandes utilidades, “ser um instrumento de reflexão coletiva quando se constrói” e “ser um guia de orientação preventiva das distopias de comportamento”.

A presidente da Associação Académica, Margarida Isaías, revelou que após uma audição aos estudantes, “a grande maioria não leu o código de conduta ética da UMinho”, pelo que indicou que a academia deve iniciar um trabalho no sentido de promover esse código junto dos estudantes, apontando os docentes como detentores de um papel importante na promoção dessa discussão.

ANA MARQUES

OPINIÃO



Arqueologia Urbana: desafios e perspetivas

Fernanda Magalhães
Departamento de História/Instituto de Ciências Sociais
Laboratório Paisagens, Património e Território (Lab2PT)
Universidade do Minho

A arqueologia urbana tem sido um dos setores da atividade arqueológica que mais contribuiu para a afirmação profissional da arqueologia nas últimas décadas. No entanto, urge questionar o seu real impacto social, quando, em muitas situações, a utilidade cognitiva, social e económica da generalidade das escavações urbanas preventivas que são praticadas na maioria das cidades portuguesas é questionada e colocada em causa.

De facto, a cidade histórica deve ser perspetivada como um único sítio arqueológico, que se vai conhecendo a partir das intervenções arqueológicas que nele se realizam. Em Braga, são múltiplas as situações em que, por vezes, decorrem décadas até que se possa compreender e interpretar devidamente o significado das estruturas arquitetónicas, muitas vezes escavadas sectorialmente e como tal difíceis de compreender, sobretudo quando estamos perante grandes edifícios. Foi isso que aconteceu na intervenção arqueológica realizada, entre 2022 e 2023, pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, na rua Nossa Senhora do Leite, em Braga. A cooperação entre as instituições é por isso indispensável para que a informação seja tratada de forma integrada e possa contribuir para o conhecimento da cidade e das suas mudanças ao longo do tempo. A ineficácia das políticas liberalizantes no mercado de trabalho de arqueologia tem originado a intervenção descoordenada de várias equipas no meio urbano, a qual dificilmente se pode traduzir em conhecimento útil, ou no bem público, seja ele a conservação do património, ou o seu uso para benefício das comunidades e da economia.

Nesse sentido, é imperativo que nos posicionemos a favor do estudo continuado das cidades, que deve estar assente numa legislação abrangente e responsável cimentada nas boas práticas relacionadas com a gestão do património urbano. Dessa maneira, a atividade arqueológica poderá conduzir à criação de novos patrimónios, à resolução de problemas de investigação que são hipóteses de pesquisa, bem como contribuir para a socialização do património em conjunto com a cidadania.

Partilhamos, por isso, da convicção de que a arqueologia urbana não pode ser reduzida a um somatório de intervenções desgarradas, feitas por diversas equipas para possibilitar o desenvolvimento de processos imobiliários. Sendo certo que a arqueologia urbana constitui um dos domínios mais complexos e exigentes da intervenção arqueológica, os seus resultados são fundamentais ao planeamento e reabilitação urbana, uma vez que estes só podem ser corretamente viabilizados quando os agentes neles envolvidos estão devidamente informados sobre os impactos da sua atuação no subsolo. Assim, a arqueologia urbana deve efetivamente contribuir para compreender o processo histórico da evolução das cidades, mas também para a criação de novos patrimónios, para consolidar a identidade das cidades e aumentar a autoestima dos seus residentes, com um impacto muito positivo na economia das cidades, contribuindo para aumentar a atração turística e o desenvolvimento das chamadas indústrias culturais e criativas.